

Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara tem como objetivo desenvolver ações integradas de desenvolvimento e inserção social, de educação para a cidadania, memória e cultura junto às comunidades indígenas Potiguara de Cumarú e Vila de Monte-Mór, localizadas, respectivamente, nos municípios do litoral norte paraibano de Baía da Traição e Rio Tinto. O programa envolve ações de alfabetização de jovens e adultos, edição de vídeos retratando a mobilização política e cultural dos índios para reconhecimento dos seus direitos, curso de educação para a cidadania, além de atividades de geração de renda, através de curso de criação de abelhas e artesanato.

Autores

Maria de Nazaré Tavares Zenaide - Mestre em Serviço Social, Coordenadora de Programas e Ação Comunitária/PRAC/UFPB

Fernando de Souza Barbosa Júnior - Especialista em Direitos Humanos, Membro da Comissão de Direitos Humanos/UFPB

José Ciriáco Sobrinho - Liderança Potiguara, Coordenador do Grupo de Trabalho Indígena/SEAMPO/UFPB

Estêvão Martins Palitot - Mestrando em Ciências Sociais, membro do Grupo de Trabalho Indígena/UFPB

Horácio Montenegro de Aquino - Zootecnista, Assessor de Extensão/PRAC/UFPB

Instituição

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Palavras-chave: direitos humanos; cidadania; inserção social

Introdução e objetivo

O Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara se propõe a desenvolver ações integradas de inserção social nas áreas de educação, cultura e promoção social com a população indígena Potiguara das comunidades de Vila de Monte-Mór e Cumarú, nos municípios de Rio Tinto e Baía da Traição, na Paraíba, com o apoio do Ministério da Educação, através do Programa Nacional de Extensão – PROEXT 2003.

O desenvolvimento deste Programa além de contribuir para reforçar a missão e o compromisso social da universidade para com a sua região proporcionará aos alunos de graduação envolvidos, a oportunidade de aprofundar e ampliar a sua formação profissional, a partir das atividades de pesquisa e extensão aliadas ao princípio da interdisciplinaridade que norteia esta proposta. Vale ressaltar a existência na UFPB de dispositivo legal (Resolução do CONSEPE, N. 09/93) que assegura a creditação das atividades de extensão com o aproveitamento curricular de até quatro créditos, após avaliação do colegiado do curso.

Os Potiguara da Paraíba

O povo indígena Potiguara, outrora senhores da faixa costeira entre os atuais estados da Paraíba e o Maranhão, atualmente ocupa o litoral setentrional paraibano, numa área de aproximadamente 35 mil hectares, dos quais pouco mais de 21 mil hectares são regularizados. O território Potiguara é dividido em três Terras Indígenas: a TI Potiguara, nos municípios de

Marcação e Baía da Traição; TI Jacaré de São Domingos, nos municípios de Rio Tinto e Marcação; e a TI Monte-Mór, no município de Rio Tinto. Vale ressaltar que os municípios de Marcação e Baía da Traição se constituem em verdadeiros enclaves dentro da área indígena.

O contingente populacional potiguara é de aproximadamente nove mil índios, habitando as três Terras Indígenas. Recebe assistência da Fundação Nacional do Índio, órgão indigenista oficial, principal responsável pela defesa de seu território e de seus direitos coletivos. Com relação à educação, a maioria das escolas que está dentro da área indígena é administrada pelos municípios, não atendendo os requisitos legais que regem a educação escolar indígena específica e diferenciada, não passando de escolas rurais. O atendimento à saúde é prestado pela Fundação Nacional de Saúde, através do Distrito Sanitário Especial Indígena.

As duas comunidades Potiguara alvos da intervenção, Cumarú e Vila de Monte-Mór, estão localizadas nas Terras Indígenas de Potiguara e Monte-Mór, respectivamente.

A comunidade de Cumarú, que possui mais de 100 famílias, já está em um adiantado processo de organização social, canalizado a partir de uma associação produtiva, criada há mais ou menos dez anos. Os trabalhos de geração de renda vêm sendo desenvolvidos em parceria com a Universidade Federal da Paraíba e com a articulação de várias fontes governamentais de empréstimo e fomento, concentrando-se na carcinicultura, praticada nas áreas alagadas do rio Camaratuba, e, mais recentemente, na apicultura.

A organização que os índios conseguiram imprimir em suas relações tem permitido que a aldeia de Cumarú escape aos esquemas clientelistas que historicamente caracterizam as relações entre as agências oficiais e os povos indígenas. Dessa forma, a relativa autonomia econômica que os Potiguara de Cumarú alcançaram lhes garante uma certa autonomia política.

Os principais problemas que esta comunidade enfrenta estão relacionados à invasão não indígena no seu território. Por estar em uma região limite da TI Potiguara - na porção norte da Terra Indígena, está sujeita a invasão de grandes plantações de cana-de-açúcar. O vinhoto, sub produto da cana, é derramado com frequência no leito do Camaratuba, matando boa parte dos camarões e peixes que garantem a renda para os índios.

A Vila de Monte-Mór é uma vila operária, uma área urbana próxima à sede do município de Rio Tinto. Lá residem 432 famílias indígenas, constantemente ameaçadas de despejo pela Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRTR), que está cobrando aluguéis das casas, em valores que variam de R\$ 40,00 a R\$ 90,00. Na última demarcação da área de Monte-Mór, a Vila foi excluída da Terra Indígena, o que agrava ainda mais os problemas dos índios.

No caso da Vila de Monte-Mór, as ocupações datam da década de 1920, quando as terras do antigo aldeamento de Monte-Mór foram usurpadas por membros da família Lundgren, que fundaram dentro da área indígena a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRTR).

Com a posterior falência da CTRTR, suas terras passaram a ser disputadas pelos herdeiros da família Lundgren. Em maio de 1999 os índios da T.I. Potiguara de Monte-Mór baseando-se nos resultados favoráveis dos processos de identificação e delimitação, cansados de esperar pela demarcação oficial, realizaram a autodemarcação de seu território. Porém, o ex-Ministro da Justiça, Renan Calheiros, ao deixar sua pasta, expediu despachos sobre várias TIs no Brasil, reconsiderando os processos de identificação e delimitação em favor dos ocupantes ilegais. Uma das TIs prejudicadas foi a de Monte-Mór, de onde foram excluídas grandes áreas ocupadas por usinas de álcool e outros posseiros. Todavia, os Potiguara entraram com um recurso na Procuradoria da República e conseguiram uma nova portaria de identificação.

Toda a extensão da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór encontra-se em reestudo. Os índios reclamam das plantações de cana, que não os deixam praticar a agricultura; da poluição causada pelo despejo de calda das usinas, matando peixes e lavouras uma das

alternativas históricas de subsistência; do desemprego, pois as usinas não empregam os índios; e da pobreza generalizada.

A ausência de políticas públicas com acesso amplo aos índios de Monte-Mór nos faz afirmar, de forma inequívoca, que os índios Potiguara de Monte-Mór são uma comunidade esquecida e invisível, convivendo com o fenômeno da exclusão social e moral. A cultura do clientelismo catequizada pelo homem branco e introjetada pelas populações em situação de subalternidade, atrasa ainda mais o processo de conquista da cidadania indígena. A velha cultura política do clientelismo ainda é um grande empecilho ao processo democrático, uma vez que confunde e deforma o que é de direito de cidadania com a cultura do favor, corrompendo a cidadania em “minguadas benesses” em troca do silêncio, da acomodação aos padrões de relações entre comunidade e Estado, ao passo que a maioria da comunidade vive na mais completa inófia, comprometendo, seriamente, as futuras gerações Potiguara. Daí porque todas as ações propostas pelo programa terão o conteúdo da cidadania atravessado como estratégia de formação para a cidadania indígena, assim como priorizaremos no programa a estruturação e a capacitação da Associação Indígena de Monte-Mór como reforço a este importante ator social em defesa dos interesses verdadeiramente indígenas, ora sem a mínima condição material e com a necessidade de capacitação para atuar como proponente de políticas públicas e como órgão representante da comunidade indígena.

A proposta de educação sobre a criação racional de abelha urucu, a ser desenvolvido em áreas de Reserva Indígena no litoral do Estado da Paraíba, apresenta-se como uma proposta de capacitação sistematizada para as aldeias indígenas, produzindo conhecimento e envolvendo a comunidade no resgate de uma tradição cultural como é a criação de abelhas nativas, sendo extremamente relevante e importante a preservação de uma espécie endêmica da Mata Atlântica Nordeste ameaçada de extinção.

Com relação à memória da cultura indígena, o programa apresenta um conjunto de ações já iniciadas, voltadas para a educação e a cidadania, priorizando a memória como afirmação das raízes, a formação continuada de educadores das escolas indígenas como alternativa de capacitação, a distribuição de material educativo e as oficinas com os educadores para estes atuarem como multiplicadores, fortalecendo assim o sentimento e a identidade indígena Potiguara.

O Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara vem, portanto, atender uma comunidade em situação de vulnerabilidade social e de difícil acesso às políticas públicas, dentro do que prioriza o atual Governo Federal.

A questão indígena tem sido uma das preocupações da Pró-Reitoria de Extensão, tendo em vista as demandas sociais da comunidade indígena da Paraíba que já têm sido atendidas no tocante a formação de educadores indígenas, a capacitação de agentes de saúde, as demandas de qualificação profissional, de assessoria a organização comunitária, a memória e resgate da cultura indígena e a assessoria jurídico-política referentes aos conflitos sociais em face da desapropriação da área.

A UFPB em consonância com o Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e com a sua Política de Extensão visa com esta proposta de programa, integrar ações em processos, contribuindo com a educação para a cidadania de diferentes segmentos sociais.

Esta proposta de trabalho foi construída ouvindo as demandas da comunidade indígena e suas lideranças e com os órgãos parceiros. Como atividade de extensão universitária este programa reúne uma ampla equipe de docentes e técnicos extensionistas de distintas áreas do conhecimento, envolvendo diferentes setores da UFPB, como: a Coordenação de Ação Comunitária, a Coordenação de Extensão Cultural, o Núcleo de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade, o Setor de Assessoria aos Movimentos Sociais, o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular, a Comissão de Direitos Humanos da UFPB, os

Departamentos de Direito, Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Enfermagem, Pedagogia, Biblioteconomia, Informática e Biologia. O programa buscará parcerias com os órgãos que atuam com a questão indígena como FUNAI, Curadoria Federal do Cidadão, e as Prefeituras Municipais de Rio Tinto, Baía da Traição (Monte-Mór) e Marcação.

O principal objetivo desta proposta de ação, nesse sentido, é desenvolver ações integradas de educação para a cidadania e alternativas de inserção social com as aldeias indígenas de Monte-Mór e Cumarú nos municípios de Rio Tinto e Baía da Traição na Paraíba. Desse modo, contribuindo para retirar a comunidade indígena da Vila Regina da situação de invisibilidade e exclusão social, apoiar e capacitar a população indígena para o exercício da sua cidadania e também estruturar e capacitar a comunidade e sua associação para atuarem como cidadãos ativos e propositivos.

Para alcançar os objetivos propostos, o Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara tem como metas: a) Implantar uma turma de alfabetização de adultos para o povo indígena de Monte-Mór residentes na Vila Regina; b) Estruturar, capacitar e apoiar a Associação Indígena de Monte-Mór; c) Desenvolver um Curso de criação de abelhas nativas envolvendo famílias indígenas; d) Realizar um Curso de Artesanato e Cultura Indígena como alternativa de resgate da cultura, qualificação e geração de renda e; e) Edição de dois vídeos de 20 minutos cada, em suporte digital sobre os processos históricos, políticos e religiosos da comunidade Potiguara de Vila de Monte-Mór através da memória dos índios, que contribuirá para a capacitação dos educadores das escolas indígenas, integrando nas ações educativas desenvolvidas junto a essa comunidade pelo Projeto de Extensão Programa de Índio: ação educativa e audiovisual entre os índios Potiguara (UFPB/CCHLA/SEAMPO/GT INDÍGENA).

Metodologia

Meta 1. Implantar uma turma de alfabetização de adultos para o povo indígena de Monte-Mór residentes na Vila Regina;

Reunião com a Secretaria de Educação do Município de Rio Tinto de modo a apresentar a proposta e obter o apoio para o espaço da escola municipal e para a programação do projeto;

Levantar os cadastros já existentes, para avaliar o nível de instrução dos índios residentes em Vila Regina;

Estruturar uma turma de alfabetização;

Oferecer bolsa de extensão em pedagogia, para que o universitário possa vivenciar uma prática de alfabetização, capacitando-se e capacitando o (a) alfabetizador (a), monitorando semanalmente o planejamento com o(a) alfabetizador (a), elaborando relatórios mensais e participando das atividades de avaliação da equipe;

Enviar ao colegiado de curso proposta de reconhecimento de crédito do (a) bolsista de modo a considerar a atividade de extensão como ação acadêmica;

Inscrição dos alunos;

Envolver a bolsista de Pedagogia no processo de capacitação do programa de alfabetização;

Providenciar a aquisição do material didático-pedagógico;

Providências para o material de lanche a ser distribuído com os alunos;

Registrar a experiência em vídeo e fotos;

Avaliar semanalmente a experiência com alfabetizando (a)s, alfabetizador (a), bolsista (monitor) e coordenação;

Meta 2. Estruturar, capacitar e apoiar a implantação da Associação Indígena de Monte-Mór;

Adquirir equipamentos básicos para o funcionamento da associação;

Informatizar a Associação;

Promover um Curso básico de informática para a direção da associação;

Promover um Curso sobre Poder Local e Cidadania com o apoio da Comissão de Direitos Humanos da UFPB, da FUNAI, do CEDDHC e da Curadoria Federal do Cidadão;

Envolver um aluno de Direito como bolsista para que o mesmo possa participar de uma experiência de extensão ampliando seu processo de formação, atuando em: capacitação sobre direitos e deveres, coordenação junto com a associação e a coordenação do programa de todas as atividades de preparação e de realização do curso sobre poder local e cidadania, avaliação semanalmente com a associação de moradores os encaminhamentos e as demandas, elaboração de relatórios mensais de avaliação e participação nas reuniões de avaliação geral;

Meta 3. Desenvolver um Curso de Criação de abelhas nativas na aldeia de Cumarú;

Desenvolver uma ação educativa de manejo racional, sustentável, para colônias de *Melipona scutellaris*, com os seguintes conteúdos: O ambiente da urucu, Nossas abelhas nativas, Onde se cria a abelha urucu, Tipos de cortiços, A criação racional, Localização do meliponário, Um cortiço prático, Alimentação, Inspeção e manipulação das colônias, Multiplicação dos enxames, Inimigos e enfermidades, Colheita do mel;

Desenvolver material didático-científico para ser utilizado neste Curso e em outros lugares e atividades;

Acompanhar o trabalho junto às famílias nas aldeias selecionadas, fornecendo subsídios para a elaboração de calendários apícolas, discutindo e organizando de forma participativa a seqüência de ações a serem desenvolvidas;

Envolver um aluno que irá acompanhar semanalmente as atividades de campo conjuntamente com o técnico da COPAC responsável pela coordenação técnica da ação;

Promover a comercialização dos produtos na comunidade através de feiras, no campus da UFPB e nos eventos promovidos pela UFPB;

A capacitação continuada e sistematizada da criação racional de abelhas urucu consiste em um programa de aulas práticas e a instalação de um meliponário com 03 colônias em caixas racionais, para início da criação que serão instaladas na comunidade indígena de Monte Mor. Devido ao caráter prático das aulas e a conseqüente manipulação dos cortiços de urucu, serão realizadas aulas semanais, durante 03 meses, sendo utilizadas técnicas e recursos que vão desde projeção de vídeos e slides até a confecção de uma cartilha da criação racional de urucu, em linguagem acessível aos produtores;

Meta 4. Oferecer um Curso de Artesanato e Cultura Indígena como alternativa de resgate da cultura, qualificação e geração de renda;

Desenvolver uma ação educativa, com 60 horas/aula e o seguinte conteúdo programático: O artesanato e a arte popular, Os direitos a cultura indígena, Os tipos de artesanatos indígenas, Pesquisa de material artesanal local, Técnicas de artesanato, Uso de equipamentos, Técnicas de artesanato em semente, madeira e couro, Pigmentos naturais e industrializados, Noções Básica de Gestão de Projetos Produtivos, Técnicas de controle de qualidade do produto, Técnicas de comercialização do produto, Oficina de confecção de papel artesanal;

Reunião com a coordenação do Núcleo Pesquisa e Documentação da Cultura Popular da UFPB;

Inclusão de um aluno para participar da experiência, acompanhando e avaliando semanalmente com o instrutor e os alunos o curso, elaborando com a coordenação o folder e o cartaz do trabalho para ser divulgado junto às escolas indígenas, lideranças indígenas, secretaria de educação do município de Rio Tinto e eventos da universidade, planejamento das atividades de divulgação e comercialização como mostras e feiras em parceria com a associação e a coordenação técnica e geral do programa, realização de relatórios mensais. A

coordenação enviará ao colegiado do curso o pedido de aproveitamento de créditos das atividades de extensão;

O curso será dado por professores do NUPPO/UFPB e artesão indígena com experiência;

As aulas do curso serão expositivas e através de oficinas de artesanato e de confecção de papel artesanal;

O trabalho de papel artesanal é para o uso na comercialização dos produtos.

Mobilizar com os alunos e instrutores uma Mostra de Artesanato na comunidade indígena de Monte-Mór e outra na sede do Município, bem como agendar a participação dos mesmos em eventos da UFPB com o apoio da FUNAI;

A divulgação do trabalho artesanal através de folder e cartaz junto às escolas indígenas e escolas de ensino médio durante as semanas culturais, feiras e junto às instituições locais;

Meta 5 -Edição de dois vídeos de 20 minutos cada, em suporte digital, sobre os processos históricos, políticos e religiosos da comunidade Potiguar de Vila de Monte-Mór através da memória dos índios, integrando nas ações educativas desenvolvidas junto a essa comunidade pelo Projeto de Extensão Programa de Índio: ação educativa e audiovisual entre os índios Potiguar (UFPB/CCHLA/SEAMPO/GT INDÍGENA).

Levantamento histórico da formação do aldeamento de Monte-Mór, através de documentação oficial e bibliografia especializada;

Visitas semanais à comunidade para realização de entrevistas com lideranças indígenas e as pessoas idosas da comunidade com o apoio da FUNAI e da Prefeitura da Baía da Traição;

Acompanhamento, para fins de registro, das ações políticas e religiosas dos índios;

Oficinas com os educadores das escolas indígenas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição;

Sessões quinzenais de exibição dos vídeos, às sextas e sábados à noite, acompanhadas de discussão de temas relacionados à cidadania e direitos humanos;

Acompanhamento do desenvolvimento do projeto aos sábados e domingos pela manhã com a comunidade há cada quinze dias.

A equipe de bolsistas envolve universitários que já atuam em projetos de extensão da UFPB. As atividades previstas para os bolsistas deste projeto envolvem: o trabalho de pesquisa de campo e as entrevistas; as oficinas e as reuniões com os educadores; a edição e a distribuição das cópias de vídeos com as escolas indígenas; as apresentações e discussão dos vídeos com a comunidade; a orientação aos educadores sobre o uso do vídeo; o registro vídeo-gráfico de todas as atividades do programa; a elaboração de relatórios mensais; a mobilização das lideranças indígenas e a construção de parcerias com as prefeituras para o apoio as oficinas com os educadores.

Resultados e discussão

Dentre os resultados a serem alcançados com a realização do projeto destacam-se: a) Ampliação das atividades de extensão como ações acadêmicas voltadas para a comunidade indígena de Vila Regina em Monte-Mór no município de Rio Tinto-PB; b) Realização de um diagnóstico social da comunidade indígena da Vila Regina; c) Contribuição da UFPB com a redução da taxa de analfabetismo junto à população indígena da Vila Regina em Monte-Mor-PB; d) Criação de alternativas acadêmicas que tenham o reconhecimento de créditos institucional, através de um programa composto de ações integradas de extensão junto à comunidade indígena em situação de exclusão social; e) Contribuição social com a redução da violência estrutural junto às comunidades indígenas em situação de conflito social; f) Capacitação da comunidade indígena com subsídios teóricos históricos, jurídicos, sociológicos, antropológicos e políticos e de infra-estrutura para que a organização

comunitária indígena possa contribuir com a melhoria da qualidade de vida da comunidade; g) Ampliação das possibilidades de capacitação e geração de renda através de cursos de criação de abelhas nativas; h) Valorização da cultura indígena; i) Promoção do resgate da memória indígena e; j) Integração de programas que ofereçam possibilidades de inserção social e de cidadania para a população indígena.

Referências bibliográficas

BARBOSA JÚNIOR, Fernando de Souza. Os “caboclos” de Monte-Mór: identidade e resistência indígena. João Pessoa: Curso de Especialização em Direitos Humanos/UFPB, 2002.

OIT. Convenção 169 - relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes. 2004

PALITOT, Estêvão Martins e ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Relatório de Viagem: índios do Nordeste (AL, PE e PB). LACED/MN/UFRJ. 2002.

Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasil - 2000 / 2001. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC

UFPB. Resolução do CONSEPE, N. 09/93.